

As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação

Official language policies in post-independence Cape Verde:
the construction of a nation

Clóris Porto Torquato

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Ponta Grossa, PR, Brasil

Resumo: Este trabalho analisa políticas linguísticas desenvolvidas em Cabo Verde, onde as línguas portuguesa, língua oficial, e caboverdiana, língua nacional e língua “oficial em construção”, dividem os espaços de interação. São investigadas as políticas *in vitro* (CALVET, 2002 [1993], 2007) implementadas pelo Estado após a independência do país. Estas políticas caracterizam-se como respostas a demandas internas – construção da nação e dos aparatos administrativos do Estado – e a demandas externas – políticas orientadas por e para organismos internacionais. O Estado tem promovido a língua caboverdiana como língua da tradição e da identidade nacional. A língua portuguesa está relacionada ao progresso e ao diálogo internacional.

Palavras-chave: Políticas linguísticas *in vitro*. Língua caboverdiana. Língua portuguesa. Identidade nacional.

Abstract: This work analyses the language policies developed in Cape Verde where Portuguese, official language, and Capeverdean, national language and “official language under construction”, share the interactional spaces. Language policies *in vitro* (CALVET, 2002 [1993], 2007) implemented by the State after the Independence of the country are investigated. These policies are characterized as answers to internal requirements – the construction of the nation and of the administrative instruments – and external requirements – policies oriented by international organisms. The State has promoted the Capeverdean language as the language of the tradition and of the national identity. The Portuguese language is related to progress and international dialogue.

Keywords: Language policies *in vitro*. Capeverdean language. Portuguese language. National identity.

1 Introdução

Neste trabalho, procuramos analisar algumas das políticas linguísticas desenvolvidas pelo Estado de Cabo Verde. Apresentamos as principais ações do Estado e analisamos documentos paradigmáticos das políticas linguísticas oficiais no período pós-Independência: textos produzidos no *I Colóquio sobre a Problemática do Estudo e da Utilização do Crioulo* (1979), texto do Decreto-Lei n. 67/98, texto da Resolução n. 48/2005 e os textos dos planos de Governo de 2001-2005 e de 2006-2010.

Nosso estudo das políticas linguísticas realizadas em Cabo Verde fundamenta-se na perspectiva formulada por Calvet (2002 [1993], 2007), para quem tais políticas consistem em um conjunto de propostas de um grupo de pessoas com vistas a solucionar problemas de comunicação, estabelecendo lugares e formas de uso da(s) língua(s) na comunidade. Segundo o autor (2002 [1993]), há duas formas de gerir as políticas linguísticas: a gestão *in vitro* – que se caracteriza como ações do Estado sobre as práticas linguísticas, constituindo-se como *ações de poder e controle institucional* – e a gestão *in vivo* – a partir da qual os problemas da comunicação são solucionados por meio das práticas sociais, não sendo determinadas por instrumentos legais, como leis e decretos, mas se constituindo como *escolhas espontâneas dos falantes*.

Para Calvet (2002 [1993]), quaisquer grupos sociais podem apresentar propostas de políticas linguísticas, no entanto apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas. As políticas podem ser propostas por grupos supranacionais (lusofonia, francofonia) ou por grupos sociais e étnicos no interior de um mesmo Estado político nacional (galegos, catalães, flamengos, grupos étnicos indígenas [tucano] e de imigrantes [pomeranos, alemães] no Brasil).

As políticas linguísticas, segundo Calvet (2002 [1993], 2007), podem incidir sobre a língua – com intervenções que visam à modernização, depuração ou defesa de uma língua, como revisões ortográficas, ações sobre o léxico e padronizações linguísticas – ou sobre as línguas – com a determinação de espaços sociais e funções para línguas em comunidades diglósicas, bilíngues ou plurilíngues, como as línguas que podem estar presentes no sistema formal de ensino e nos espaços administrativos do Estado.

Nosso estudo focaliza as ações do Estado de Cabo Verde – que se caracterizam como políticas *in vitro*, também denominadas neste trabalho como políticas oficiais – sobre as línguas que predominam nas prá-

ticas linguísticas da sociedade cabo-verdiana¹, ou seja, sobre as línguas portuguesa e caboverdiana, e especificamente também sobre esta última, com padronização do alfabeto e determinações de produções técnicas.

2 Breve panorama sociolinguístico de Cabo Verde

Embora não seja foco deste trabalho o contexto sociolinguístico² caboverdiano, vale assinalar que, em Cabo Verde, a língua portuguesa é a língua oficial, e a língua caboverdiana é a língua nacional, sendo considerada um dos principais símbolos da nação caboverdiana, e língua “oficial em construção”³. Essas línguas⁴ predominam na sociedade caboverdiana, e a observação do cotidiano em diferentes espaços institucionais (famílias, instituições de ensino, instituições religiosas, hospitais/postos de saúde, órgãos administrativos, Assembleia Nacional), ou nos diferentes domínios (FISHMAN, 1979), indica que muitos espaços são partilhados (embora de modo desigual e desequilibrado) pelas duas línguas e suas respectivas variedades linguísticas.

As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação

153

1 Aqui mantemos por única vez a grafia com hífen que durante um bom período se manteve para grafar o adjetivo pátrio. Daqui em diante, seguiremos a tendência dos últimos anos, que prefere a forma sem hífen.

2 Entendemos que este breve panorama sociolinguístico permite-nos compreender algumas das ações de políticas linguísticas desenvolvidas pelo Estado. Vale indicar que as informações relativas ao contexto sociolinguístico de Cabo Verde apresentadas neste trabalho foram geradas como resultado de pesquisas de campo que realizamos nos anos de 2004, 2007 e 2010 naquele país. Nessas pesquisas, na perspectiva etnográfica, utilizamos como instrumentos: observação participante, registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário e análises de materiais bibliográficos relativos à questão linguística do país (SAVILLE-TROIKE, 1990; GUMPERZ, 2002). Nossa primeira incursão no campo sociolinguístico caboverdiano ocorreu de modo informal no ano de 2001, quando fomos a Cabo Verde para participar da formação de educadores de adultos e jovens. Em contato com a complexidade sociolinguística desse país e com os conflitos linguísticos que caracterizam a sociedade caboverdiana, passamos a dedicar-nos ao estudo das políticas linguísticas implementadas no país. Por entender que a compreensão dessas políticas requer o estudo do contexto sociolinguístico, realizamos a pesquisa de campo, buscando conhecer e analisar os papéis, funções e valores atribuídos às línguas utilizadas no contexto caboverdiano.

3 Uma vez que ainda são necessárias ações no sentido de implementar o uso da língua caboverdiana, especialmente na sua modalidade escrita, nos espaços institucionais/administrativos, entende-se que a língua caboverdiana, reconhecida como uma das línguas representativas da nação, está “em construção”.

4 A presença de africanos do continente faz com que, em alguns espaços, como nos mercados públicos e em instituições religiosas, também estejam presentes no contexto sociolinguístico caboverdiano línguas étnicas africanas faladas na costa ocidental da África e variedades da língua francesa faladas nesta região. Além disso, a presença de europeus, norte-americanos e chineses diversifica ainda mais o contexto sociolinguístico. Em relação aos chineses, é frequente que usem sua língua nos estabelecimentos comerciais dos quais são donos, nas ruas e em espaços privados. Ademais, considerando que o sistema de ensino caboverdiano enfatiza o ensino de línguas estrangeiras – inglês e francês –, pode-se observar estudantes interagindo nestas línguas como forma de desenvolvimento de suas habilidades linguísticas. Estes estudantes frequentemente recorrem à Internet, acessando sites nestas línguas.

As interações sociais nos espaços públicos – especialmente nos órgãos oficiais prestadores de serviços, nas instâncias administrativas do Estado e das províncias, nas instituições de ensino – ocorrem predominantemente em português, mas também, por vezes, ocorrem em língua caboverdiana, mesmo em eventos de fala oficiais⁵. Nestes espaços, a escrita praticamente se restringe à língua portuguesa, mesmo que em alguns órgãos (como instituições educacionais e de atendimento à saúde) possam ser encontrados cartazes fixados nas paredes escritos em caboverdiano; na Assembleia Nacional, as atas em que há transcrições das falas dos deputados podem ser redigidas tanto em português quanto em caboverdiano, dependendo das línguas usadas pelos parlamentares em suas falas nas reuniões plenárias.

Em alguns espaços religiosos (igrejas protestantes e católicas), observa-se a presença (predominante em algumas igrejas, em alguns atos de fala – abertura e encerramento da cerimônia, sermão, leitura de textos, cânticos, oração) da língua portuguesa e da língua caboverdiana (também usada no sermão, nos cânticos, nas orações), inclusive com a presença da escrita nesta língua (como nas projeções visuais de cânticos). Nestes espaços, no entanto, predomina a escrita da língua portuguesa, uma vez que os textos sagrados e cerimoniais/litúrgicos ainda não foram completamente traduzidos para o caboverdiano.

Na mídia impressa, predomina a utilização da língua portuguesa, com eventuais artigos e textos publicitários em língua caboverdiana. Em outros meios de comunicação (televisão e rádio), observa-se a presença de ambas as línguas, com forte predomínio da língua portuguesa na televisão. Já em algumas emissoras de rádio, há um movimento de ênfase na utilização da língua caboverdiana (nos programas, nas entrevistas, na publicidade, nas músicas), sendo que na rádio estatal predomina a utilização da língua portuguesa.

Nos espaços de entretenimento e sociabilidade, como bares e restaurantes, frequentados por jovens e por adultos, os falantes utilizam

5 De acordo com as observações que realizamos em nossa pesquisa, no que se refere ao universo da oralidade, nos eventos de fala oficiais (como nas reuniões entre técnicos, entre funcionários e suas chefias, nas de professores, nas aulas) e em outros eventos públicos (como lançamentos de livros e palestras) predomina a língua portuguesa. No entanto, não raramente os falantes usam, na mesma situação, tanto a língua portuguesa quanto a caboverdiana. No espaço institucional de hospitais e postos de saúde, frequentemente se observa o atendimento em língua caboverdiana, pois muitos pacientes não falam português. Em eventos não-oficiais e em eventos privados (como festas e conversas de cotidiano entre amigos, vizinhos e familiares), a língua caboverdiana é muito utilizada, predominando seu uso em relação ao da língua portuguesa.

tanto a língua portuguesa quanto a caboverdiana, sendo que predomina o uso desta última tanto nas interações sociais quanto nas músicas⁶ que se ouvem nestes espaços. Nos espaços privados, predomina a utilização da língua caboverdiana, sendo que é possível observar, em algumas interações entre membros da família ou entre amigos, o uso tanto do caboverdiano quanto do português.

As políticas linguísticas implementadas atualmente em Cabo Verde dialogam com esta realidade sociolinguística – o uso das línguas portuguesa e caboverdiana partilhado em alguns espaços sociais por uma parcela bilíngue⁷ da comunidade; e o uso da língua caboverdiana por parte da parcela monolíngue, que se vê, muitas vezes, posta em contato (por vezes, conflituoso) com a língua portuguesa. Parece adequado designar este contexto sociolinguístico como diglótico, na perspectiva da sociolinguística catalã e de Hamel e Sierra (1983), os quais focalizam as relações de poder associadas a estes usos linguísticos. Como não é objetivo deste trabalho analisar o contexto sociolinguístico, assinalamos apenas que os espaços de usos das línguas são inevitavelmente imbricados por relações de poder que integram os valores e os papéis atribuídos às línguas (GUMPERZ, 2002 [1982]; HAMEL; SIERRA, 1983; BOURDIEU, 2002, 2004).

3 As políticas oficiais em Cabo Verde no período pós-Independência

Para Hamel (1988, 1993), cuja perspectiva discursiva sobre políticas linguísticas associamos em nossa análise à concepção formulada por Calvet, essas políticas fundam processos históricos de transformações linguísticas e sociais com a intervenção política, pois implicam transformações de formas ou de usos linguísticos e também transformações nas relações que os indivíduos estabelecem com sua própria língua ou com outra(s). Tendo em vista a profundidade social da interferência das políticas linguísticas, Hamel assinala que seu estudo demanda uma abordagem interdisciplinar da questão, envolvendo a sociologia, a história e a linguística. Assim, neste trabalho, associando as perspectivas de Hamel e Calvet, procuramos analisar as políticas oficiais em Cabo Verde recorrendo a uma abordagem discursiva e interdisciplinar, de modo que focalizamos o contexto sócio-histórico e político em que as políticas linguísticas são produzidas.

6 Considerando a globalização da cultura de massa, músicas em língua inglesa são frequentemente ouvidas em Cabo Verde.

7 Esta parcela é formada, em sua maioria, por sujeitos escolarizados.

O governo de Estado independente e soberano em Cabo Verde pode ser historicamente, e *grosso modo*, dividido entre o monopartidarismo, sob o governo do PAIGC⁸/PAICV⁹ (de 1975 a 1991), e o pluripartidarismo, inicialmente sob o governo do MpD¹⁰ (de 1991 a 2001) e posteriormente sob o governo do PAICV (de 2001 a 2011) (FERNANDES, 2005). Considerando a longa permanência e a alternância desses partidos no governo aos períodos de governo de cada partido, tem-se usado a denominação de República, ficando, portanto, assim organizado: 1ª República (PAIGC/PAICV – 1975 a 1991), 2ª República (MpD – 1991 a 2001) e 3ª República (PAICV – 2001 a 2011) (FERNANDES, 2005).

A independência do país, negociada para se concretizar como uma unidade com Guiné-Bissau e Cabo Verde, manteve essa configuração até 1980, quando o grupo caboverdiano rompeu com o guineense. No interior do Estado, tanto antes quanto depois de 1980, assumiram o poder os grupos ligados à luta armada, relegando para segundo plano os grupos do Partido que lutaram na clandestinidade, e se constituíram como os quadros da administração. Posteriormente, a disputa de espaços no cenário político levaria esses e os novos quadros formados após a independência a fundar o MpD, de modo que grande parte dos membros desse partido constituiu-se por ex-membros do PAICV (FURTADO, 1994).

A criação do Estado gerou a necessidade de serem elaborados os aparatos técnico-administrativos, cujo estabelecimento se deu em língua portuguesa, de modo que essa língua ocupou, desde a criação do Estado e Nação de Cabo Verde, os espaços ligados à educação, à justiça e à administração pública, configurando-se como a língua do Estado. Nesse sentido, a elaboração do aparato do Estado aponta tanto para a concretização das políticas que vinham sendo anunciadas pelo Partido¹¹ anteriormente à independência quanto para o aproveitamento do aparato existente no período colonial. Esses dois aspectos complementam-se, pois a independência nacional configuraria um novo Estado cujo principal mote político era a independência social, a promoção de uma mudança no sistema socioeconômico. O propulsor dessa mudança seria

8 Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

9 Partido Africano para Independência de Cabo Verde.

10 Movimento para a Democracia.

11 O PAIGC conduziu a luta armada e a negociação política internacional (com a ONU, por exemplo, e com o governo colonial português) que levaram à independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde; com a conquista da Independência, passaram a constituir um único Estado nacional. Posteriormente, a separação política dos dois países ocorreu em 1980.

o progresso, caracterizado pela expansão da escolarização, pela inserção da tecnologia e pela entrada da industrialização no país. Uma vez que o Estado colonial, de certa forma, já dispunha de grande parte desses instrumentos e, principalmente, da língua que viabilizaria o acesso a esses, o novo Estado poderia apropriar-se não apenas da língua, como também da estrutura estatal.

Sob o argumento de que a língua caboverdiana não era escrita e era insuficiente para a veiculação dos conteúdos próprios do progresso, carecendo de estudos que a “elevassem” à mesma condição da língua portuguesa (CABRAL, 1978), e aproveitando o sistema administrativo deixado pelo ex-colonizador, a língua portuguesa foi adotada como a língua do Estado. Anjos destaca esse mesmo procedimento referindo-se não apenas a Cabo Verde, mas às nascentes nações africanas:

Na medida em que o nacionalismo africano apostou mais na busca de autonomia política do que numa revolução cultural efetiva, a cultura do colonizador (língua, códigos burocráticos, políticos e administrativos) continuou sendo uma referência exterior à maioria da população, qualquer que fosse sua origem étnica. Nessas circunstâncias o Estado é sempre uma instituição alheia à maioria da população. (2002, p. 228).

Assim, se, por um lado, o Estado burocrático visa a abarcar a totalidade da população, por outro lado a adoção de uma língua desconhecida pela maioria da população afasta burocracia e povo. Esse afastamento, por sua vez, cria as condições para a ascensão de mediadores via escolarização e, igualmente, cria a necessidade de expansão da alfabetização. A generalização da alfabetização entre os grupos populares era uma das medidas políticas que o PAIGC havia se proposto a realizar, considerando como língua de escolarização a portuguesa, ainda no período colonial.

Uma das políticas também anunciadas pelo Programa do Partido consistia no estímulo ao uso e à produção da escrita das línguas crioula e africanas em Guiné-Bissau bem como da língua caboverdiana em Cabo Verde. Além de ser parte das propostas do Partido, a negociação da independência do país fora tutorada por organismos internacionais, os quais promoviam políticas de valorização e a introdução de línguas africanas nos sistemas político-educacionais de outros países africanos. Assim, premido por demandas internas e externas acerca da questão

linguística nacional, o Estado executou políticas linguísticas *in vitro*, para além da adoção da língua portuguesa.

Em relação às demandas internas, podemos citar a necessidade de o Estado gerir a diversidade linguística dos grupos étnicos em Guiné-Bissau, de modo a garantir que a língua não fosse utilizada como critério de produção de lealdades (HOBSBAWM, 2002; ANDERSON, 1989 [1983]) a outros grupos. Essa gestão tornava-se mais delicada na medida em que pulsava o desconforto de grupos caboverdianos em relação à unidade com Guiné-Bissau, e igualmente de guineenses em relação a Cabo Verde, desde os tempos iniciais da luta de libertação. Por parte dos guineenses, o descontentamento fora historicamente construído pela presença de caboverdianos em Guiné-Bissau a serviço da administração colonial, presença essa que se justificava por uma hierarquização baseada na posse e na negociação do capital simbólico (ANJOS, 2002). Por parte dos caboverdianos, a julgar pela histórica tentativa de construção de uma identidade que os distinguisse dos demais africanos, a qual ainda persistia tanto pela presença em vida dos ideólogos dessas identidades quanto pela sua fixação no imaginário coletivo, pode-se inferir que havia um desconforto na formação da unidade nacional¹² com Guiné-Bissau. O conflito entre os grupos caboverdianos e guineenses demandava a gestão da diversidade linguística dos grupos.

Além da gestão dessa diversidade, outro fator interno que demandou políticas linguísticas foi o fato de parte da legitimidade do grupo que assumira o poder fundamentar-se no argumento de que seria responsável por conduzir as massas populares, que deveriam ser orientadas para o desenvolvimento de sua cultura e de uma cultura universal. Isto seria feito com base na escolarização e na inserção no sistema econômico, tecnológico e científico internacional (como vimos acima), o que requeria o uso da língua portuguesa/língua da modernidade. Esse grupo que deveria conduzir as massas apresentava-se como mediador entre o desenvolvimento internacional e a população (ANJOS, 2002), portanto mediador entre a língua portuguesa e a língua caboverdiana. O Estado precisava gerir a manutenção dos grupos letrados na posição de mediação, mantendo a língua portuguesa sem negar a diversidade linguística constitutiva da unidade Cabo Verde e Guiné-Bissau.

12 O conflito entre os grupos tinha também origem na disputa pela direção do movimento de libertação. Esse conflito entre caboverdianos e guineenses havia se acirrado após a morte de Amílcar Cabral (a esse respeito, ver HERNANDEZ (1993) e FERNANDES (2005).

3.1 Políticas linguísticas na Primeira República (PAIGC/PAICV – 1975 a 1991)

Essas demandas políticas se imbricavam e requeriam um posicionamento do Estado como promotor da unidade nacional, por um lado, e, por outro, como dependente dessa unidade. Ademais, era necessário atender às orientações internacionais relativas à normatização das línguas africanas e à inserção dessas línguas no sistema educacional. Visando a responder a essas demandas, uma das ações políticas linguísticas empreendidas pelo Estado foi a realização do *Primeiro Colóquio Linguístico sobre “A problemática do estudo e da utilização do crioulo”*, de 9 a 14 de abril de 1979, ainda no período vigente da unidade com Guiné-Bissau.

O discurso de abertura do I Colóquio, proferido pelo então Ministro da Educação e Cultura, (Cda.) Carlos Reis¹³, faz emergir o caráter eminentemente político do evento. Seus cumprimentos iniciais dirigiram-se a membros do primeiro escalão do partido, a representantes de Guiné-Bissau, da Unesco¹⁴, do Centro de Linguística Aplicada da Universidade de Dakar¹⁵ e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. A presença e tais representantes no evento permite-nos apontar para a inter-relação entre diferentes atores sociais, constitutiva das políticas linguísticas oficiais – Estado, políticos e linguistas. Dessa forma, entendemos que o I Colóquio configura-se como a primeira ação política *in vitro* efetuada pelo Estado em Cabo Verde. O discurso de abertura permite-nos apreender, ainda, que essa ação constitui uma política que visa à configuração do nacionalismo linguístico-cultural no país.

No discurso do ministro, a discussão sobre a língua caboverdiana é inserida e circunscrita ao acontecimento cultural. Embora Reis destacasse que a língua estava ligada ao ensino e considerasse que a discussão sobre a *problemática* do caboverdiano resultaria em melhorias para o ensino, o foco do seu discurso estava na interdependência entre língua

As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação

159

13 Os textos produzidos no âmbito do I Colóquio, dentre os quais o discurso do Ministro Carlos Reis, foram reunidos e organizados pelo linguista caboverdiano Manuel Veiga. A primeira versão dessa coletânea de textos, que serviu de base para nossa pesquisa, é uma versão mimeografada, com circulação bastante restrita e intitulada *Primeiro Colóquio Linguístico sobre “A problemática do estudo e da utilização do crioulo”* [s.d.]. Em 2000, Veiga publicou, pelo Instituto Nacional de Investigação Cultural (INIC), uma versão dessa coletânea em livro. Interessa-nos observar que, embora não tenha feito modificação nos textos, o organizador e coordenador da publicação em livro alterou o título, de forma que o livro foi publicado como *I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde*.

14 Cabo Verde juntara-se à Unesco em fevereiro de 1978.

15 Cabo Verde está sob a direção da Unesco a partir do Escritório Regional de Educação em África, em Dakar. O Instituto de Linguística Aplicada da Universidade de Dakar estava ligado a esse organismo, participando de estudos e implementações de políticas linguísticas na África.

e cultura. A língua é apresentada como veículo e expressão da cultura, como polo catalisador da consciência nacional, o que explicava sua utilização na mobilização das populações e nas reuniões de trabalho do Partido. Também sob a orientação do Partido, o caboverdiano – cujo surgimento é citado e apresentado como a interpenetração das culturas e, por isso, tornara-se um *fator da identidade cultural e nacional* – constituíra-se como um *reduto de resistência* ao ex-colonizador. Segundo Reis, uma vez que a identidade cultural ocupava o primeiro plano da reconstrução nacional, o enfoque sobre a língua seria decorrente da tentativa de recuperar a herança cultural aí presente. Essa herança consistia no valor estético e literário da língua e na expressão linguística das vivências íntimas. Dentre a herança cultural presente no caboverdiano, o ministro citou as adivinhas, os provérbios, as anedotas e os contos populares.

No que se refere à relação entre língua e ensino, o ministro apon- tou para vantagens culturais e pedagógicas da introdução do caboverdiano no ensino: integração da escola no contexto da comunidade e maior facilidade para a aprendizagem da língua portuguesa, indicando que o governo tinha consciência de que o português era (e é) uma língua segunda no contexto caboverdiano. Essa consciência associava-se à ideia de que, para o Estado, diferentemente do que diria, segundo Reis, o senso comum, o ensino em língua caboverdiana proporcionaria a facilitação, e não retrocessos ou prejuízos para a aprendizagem da segunda língua.

O discurso proferido pelo então Ministro da Educação e Cultura, Carlos Reis, aponta as demandas internas e encaminha respostas a solicitações mais amplas da política internacional (demandas externas) que orientaram o governo no desenvolvimento de políticas linguísticas. Em relação às demandas externas, Reis menciona no seu discurso, com base em um Encontro de Ministros e Quadros da Educação dos países africanos, a decisão de que seria enfatizado o fortalecimento das identidades culturais, diante do que se destacava a importância das línguas nacionais. Essa decisão foi orientada pela Unesco, que recomendava e apoiava a promoção e utilização dessas línguas pelos Estados africanos.

Articulando as demandas internas e externas para a execução de uma política linguística que oficializasse a língua caboverdiana, o discurso proferido por Carlos Reis apresenta a consciência da necessidade de empreender políticas linguísticas: a consciência da necessidade de elaborar um aparato técnico – formação de “estudiosos”/linguistas e de educadores/professores da língua – e tecnológico – fixação e trans-

criação da língua, produção de gramáticas e dicionários e de material pedagógico –; consciência da necessidade de promover instrumentos tecnológicos de comunicação (comunicação entre as ilhas e os programas radiofônicos) para a circulação/difusão da língua, visando a uma posterior elaboração e definição do “crioulo padrão”; e consciência da necessidade de promover a criação literária em língua materna¹⁶ e a *valorização patriótica da língua nacional*.

Ciente dessas necessidades, o Estado mostra-se empenhado na criação das condições para que o caboverdiano vá constituindo-se como o espaço de preservação da cultura e como o veículo desta, principalmente da cultura popular, assim como já pronunciavam as discussões sobre a língua no Partido antes da Independência. A cultura, por sua vez, é nacional: expõe a configuração da Nação, que é diversa, mas unida. Retomando a relação entre língua e cultura, o discurso do ministro indica que a língua caboverdiana é associada à *cultura popular* e ao *cotidiano*. As propostas de serem recuperadas as práticas culturais reprimidas pelo ex-colonizador e de fazer dialogar a cultura escolar e a popular, que estavam na base da luta de libertação e que se apresentavam como uma resistência cultural crítica, constituem então um dos instrumentos do Estado na construção da unidade nacional que se fazia concretizável pela partilha de objetivos comuns antes da independência, precisando configurar-se como elemento cultural unificador de todos os grupos no interior da nação. Não por acaso, as primeiras ações de política linguística voltam-se para o crioulo, falado tanto em Cabo Verde quanto em Guiné-Bissau, os quais formavam ainda uma unidade político-administrativa. A construção do crioulo como instrumento ou espaço da unidade nacional remete-nos à organização social interna em que os grupos populares eram monolíngues em caboverdiano (em Cabo Verde) ou plurilíngues nas línguas locais e crioulo (em Guiné-Bissau), enquanto os estratos médios e as elites eram bilíngues em caboverdiano e português. Essas diferenças sociais poderiam, assim, ser ocultadas pela criação da partilha de um arcabouço cultural comum, arcabouço esse em que língua figuraria como elemento central¹⁷.

O discurso de abertura do I Colóquio sintetiza os principais aspectos a serem discutidos no evento. O mote da língua caboverdiana como lugar da manifestação cultural de um grupo, como espaço da resistência contra o

16 Durante o discurso, o Ministro Carlos Reis constantemente usa como sinônimos as expressões “língua materna” e “língua nacional”.

17 São vários os autores que tratam estes aspectos; dentre outros, Carreira (1982) e Freire (1978).

dominador assimilacionista, como símbolo da unidade cultural e nacional presente na fala de Carlos Reis, permeou a maioria das falas proferidas por linguistas, filólogos, escritores e professores no I Colóquio. Esse mote permanece ainda hoje como propulsor de ações de políticas linguísticas.

O Colóquio foi organizado nos seguintes eixos temáticos: 1. Do pidgin ao crioulo e deste à língua caboverdiana; 2. Estatuto sociolinguístico do crioulo; 3. Papel alienador da escola colonial, vantagens e problemática da utilização da língua materna no ensino e na alfabetização; 4. Introdução do crioulo no ensino e problemas sóciopedagógicos; 5. Instrumentalização gráfica do crioulo; e 6. Comparação entre o crioulo de Cabo Verde e as línguas africanas. Cada um desses eixos era desenvolvido na forma de diferentes palestras (VEIGA, [s.d.], 2000).

Como resultado do Colóquio, posteriormente foram elaborados relatórios de comissões, dentre os quais focalizaremos o apresentado pela comissão de ensino, uma vez que nele são apresentadas propostas finais dos grupos de trabalho que se configuram como orientações de ações sobre as línguas caboverdiana e portuguesa e sobre a língua caboverdiana. Além dos relatórios de comissões, a coletânea de textos do Colóquio, que recupera as discussões e as propostas desenvolvidas no evento, apresenta também quatro moções (produzidas no último dia) que expõem reivindicações, pareceres e propostas dos participantes do evento. Algumas dessas moções reforçam encaminhamentos feitos pela comissão de ensino e enfatizam os objetivos políticos expostos no discurso de abertura do Colóquio.

O Relatório da 2ª Comissão – *Ensino e aprendizagem do crioulo como língua materna* – trata das referidas orientações sobre as línguas. No texto, a comissão menciona que o país, por um lado, vivencia problemas por ter como língua da administração e da escolarização a língua portuguesa, língua não-materna; e que, por outro lado, ainda deve percorrer etapas visando à promoção do crioulo como língua oficial. Dentre os problemas, a comissão explicita que a utilização do português no ensino e na administração gera: 1. “traumatismo psicológico” nos alunos, dificultando sua aprendizagem; 2. um “fosso” entre as crianças e a escola; 3. um “divórcio” entre os pais e a escola; 4. inviabilização do diálogo entre a escola e os trabalhadores rurais; e 5. dificuldade de as populações tratarem de assuntos de caráter administrativo (VEIGA, [s.d.], 2000).

Diante desses problemas, a comissão propõe que fatores de ordem política, técnica e financeira sejam desenvolvidos e, do ponto de vista político, observa a necessidade de:

- *tomar decisões* no sentido de precisar a finalidade do ensino na língua nacional
- *introduzir* o crioulo na vida política, econômica e cultural.
- *determinar* o lugar que ocupará o português, como língua segunda, e o crioulo, como língua materna.
- *sensibilizar* as massas e informá-las através de todos os meios possíveis.
- *encorajar* os professores primários, especialmente os estagiários deste I Seminário, para fazerem pesquisas, devendo ser essa atividade integrada nos seus horários de trabalho (VEIGA, [s.d.], p. 172-173; Id., 2000, p. 222, grifos nossos).

Do ponto de vista técnico, observa que há que proceder à:

- *escolha de uma grafia* susceptível de sofrer possíveis alterações.
- *pesquisas de caráter sociolinguístico*, com vistas ao enriquecimento da variante dialectal adoptada como língua de base.
- *recolha da tradição oral*, para recuperação de palavras que caíram em desuso nos meios urbanos.
- *formação de investigadores*, através de bolsas de estudo, estágios, encontros.
- *elaboração* de um dicionário e de uma gramática do crioulo, e ainda de manuais em crioulo para as diferentes matérias de ensino (Id.Ibid.; Id.Ibid., grifos nossos).

As ações atribuídas ao campo político referem-se, principalmente, aos lugares e funções de uso da língua caboverdiana, indicando que os envolvidos na produção desse texto compreendam que a delimitação dos lugares e funções deve ser feita politicamente, não sendo, portanto, incumbência de técnicos. Sob esse prisma, a introdução da língua caboverdiana nos espaços políticos, econômicos e culturais é vista como ação eminentemente política. A promoção do incentivo à pesquisa também é entendida como ação política, inter-relacionando política e finanças do Estado.

Essas propostas são reforçadas por pareceres e reivindicações de algumas moções¹⁸. As moções 3 e 2, respectivamente, reivindicam:

18 Embora a moção – textualmente, como gênero discursivo e em termos estruturais – se caracterize pela apresentação de propostas, considerando o seu caráter político, podemos compreendê-la como

“a) que a todos os níveis se atribuem às duas línguas as funções que realmente devem desempenhar; [...] c) que se definam as situações em que o Português continuará a ser usado enquanto língua oficial” (VEIGA, 2000, p. 239) e “o acesso do Crioulo ao estatuto da língua oficial e a definição política do seu papel face ao estatuto e ao papel da língua portuguesa no país” (p. 237). Essas reivindicações apontam para a necessidade política de definição dos espaços das línguas, mas, principalmente, para um movimento político dos cidadãos em relação à inserção da língua caboverdiana no sistema oficial, requerendo um estatuto político e jurídico que garanta sua oficialização. O documento expressa a intenção de não excluir a língua portuguesa do contexto sociolinguístico de Cabo Verde e propõe mudança da posição política reservada até então à língua caboverdiana. No relatório e nas moções, a apresentação de algumas dessas ações a serem desenvolvidas permite-nos compreender que os espaços políticos, econômicos e alguns espaços culturais eram ocupados apenas (ou principalmente) pela língua portuguesa.

Também, permite-nos entender que há uma contradição entre os períodos anterior e posterior à independência: inicialmente, a língua caboverdiana era utilizada para mobilizar a população caboverdiana para a luta de libertação nacional, de modo que as lideranças políticas revolucionárias comunicavam-se com o povo na sua língua materna; após a independência, as discussões, deliberações, decisões internas e a comunicação com a população eram feitas em língua portuguesa, de forma que as lideranças políticas restringiram alguns espaços de uso da língua caboverdiana. Além disso, sendo a língua oficial a língua portuguesa, esta estaria presente também nos meios de comunicação e nas atividades estatais dirigidas à população, fazendo com que a relação entre governo e cidadãos se efetuassem basicamente em português, não mais em caboverdiano.

O delineamento de outras ações aponta para valores e atitudes já arraigados em relação ao caboverdiano, pois, na medida em que as populações precisam ser *sensibilizadas* para sua oficialização, emergem as concepções de que essa língua não conseguiria cumprir determinadas funções sociais nem seria capaz de colocar-se em situação de igualdade com a língua portuguesa no ensino e na administração.

reivindicação política.

A “sensibilização das massas” é proposta também na Moção 2 como medida a ser tomada “a curto prazo”. Diferentemente do relatório da 2ª Comissão (*Ensino e aprendizagem do crioulo como língua materna*), especifica-se que as massas sejam sensibilizadas quanto aos problemas de a língua portuguesa ser usada no ensino e na administração. Associado a isso, o documento propõe que a língua caboverdiana seja utilizada nos meios de comunicação e nas reuniões que interessam à comunidade, articulando os problemas provocados pelo uso do português à promoção e valorização social do caboverdiano como língua administrativa e da cultura escolarizada. Essa promoção da língua caboverdiana também é expressa pela Moção 3, que propõe “que se dê ao Crioulo um lugar privilegiado como meio de comunicação social”.

As moções 2 e 3 apontam ausências ou carências em relação aos fatores políticos (demandando a inserção da língua caboverdiana nos espaços econômico, político e cultural) e permitem-nos entrever que as decisões políticas podem encerrar pressões formais ou informais bem como contradições entre os interesses e as visões dos grupos que estão no poder e os grupos sobre quem o poder é exercido. O uso ou não da língua caboverdiana, por exemplo, nos espaços acima mencionados, pode explicitar o conflito entre a necessidade e os interesses de o Estado apresentar-se como mediador entre a população e as instâncias internacionais e os conhecimentos científicos e tecnológicos. Nesses espaços (econômico, político e cultural), o capital cultural de maior valor é associado à língua portuguesa e a instituição do uso da língua caboverdiana, como reivindicam as moções, pode colocar em risco o valor desse capital cultural relativo ao português, de modo que o atendimento do Estado às reivindicações das moções pode acirrar os conflitos de interesse e poder dos grupos sociais.

A Moção 2, além de reivindicar que a língua caboverdiana esteja presente nas reuniões administrativas e na mídia, propõe também que seja emitida “uma nota administrativa reconhecendo ao público o direito de se dirigir em Crioulo a um funcionário e o direito de exigir uma resposta em Crioulo” (VEIGA, 2000, p. 236). Essas propostas configuram-se como ações políticas dos envolvidos com vistas a minimizar a distância entre administração e meios de comunicação e a população. Implicam, portanto, um posicionamento político mais alinhado com as massas, pretendendo-se não apenas aproximar instituições e grupos sociais, mas sobretudo restringir o poder do capital ligado à língua portu-

guesa. Corrobora essa perspectiva a proposta de que, “a longo prazo”, seja feita “a introdução do Crioulo na vida administrativa, econômica, social e política do país” (p. 236).

As ações técnicas, por sua vez, remetem-nos às pesquisas e aos trabalhos que se desenvolviam no campo das políticas linguísticas: codificação e elaboração (que compreendem a elaboração de sistemas de escrita [escolha de uma grafia] e de gramáticas e dicionários), implementação e avaliação (mais voltados para a inserção da língua materna no sistema educacional) e pesquisas sobre o léxico (estudo sobre lexicologia e terminologia). Outras tarefas atribuídas aos técnicos são a produção de pesquisas sociolinguísticas e a formação de investigadores.

A abordagem desses aspectos técnicos nas moções permite-nos compreender que os participantes do Colóquio, alguns dos quais são especialistas nos estudos da linguagem, entendiam que as orientações técnicas só poderiam ser revertidas em ações quando fossem executadas pelo Estado. Assim, um movimento político desses participantes caracteriza-se como o reforço dos encaminhamentos técnicos e a reivindicação de que estes sejam efetivamente postos em prática ou levados a cabo pelo Estado.

Dentre as direções técnicas apontadas no Colóquio e enfatizadas pelas moções, destacamos, na Moção 1: execução de inquéritos que visem a aprofundar aspectos fonológicos do alfabeto apresentado; formação de linguistas, psicolinguistas, sociolinguistas e educadores; e elaboração de uma gramática e de um dicionário. Na Moção 2, destacamos: formação de investigadores; pesquisas nos domínios do léxico, da gramática e da metalinguagem, possibilitando a elaboração de silabários, gramáticas, material didático e manuais das diversas disciplinas; e generalização da introdução do caboverdiano no ciclos primário e secundário. Já na Moção 3 destacamos a ênfase dada ao ensino da língua portuguesa como L2 e, conseqüentemente, a ênfase à preparação do Ministério de Educação e dos professores para selecionar e adotar uma metodologia de ensino de L2 adequada à situação sociolinguística local (VEIGA, 2000).

A articulação política dos participantes do Colóquio leva-nos a acentuar o caráter político do evento: não apenas o Estado age politicamente respondendo às demandas internas e externas como também os cidadãos desenvolvem ações políticas, a exemplo das orientações apresentadas nas moções. Nesse sentido, a política e os saberes são entrelaçados e mobilizados em instâncias interdependentes do Estado, reque-rendo tomadas de decisões políticas governamentais. Como explicita a

Moção 2, a implementação das propostas e reivindicações apresentadas no evento requer “o apoio desta aplicação *por meio de decisões políticas*, seguidas e controladas na base da finalidade de introdução do Crioulo no ensino [...]” (VEIGA, 2000, p. 237, grifo nosso).

Além disso, a política, a economia e o saber técnico-científico entrelaçam-se nas esferas de poder institucionalizadas para a produção de políticas *in vitro*: cabe aos políticos a determinação dos lugares de uso das línguas, mas cabe ao técnico a descrição dos usos aí feitos; assim como cabe ao Estado o encorajamento e o financiamento das pesquisas, mas cabe aos técnicos a elaboração dos instrumentos tecnológicos (escrita, gramáticas, dicionários, materiais didáticos) e a formação dos novos técnicos.

A produção das ações políticas do Estado, como já indicado, explicita a construção da unidade nacional. Essa mesma construção é mobilizada pelos cidadãos, acenando com a possibilidade de construção de outras lealdades¹⁹, por um lado, e reforçando a lealdade e a legitimidade do Estado, por outro lado, inserindo-se na unidade nacional e requerendo-a.

Esse reforço pode ser identificado em alguns trechos das moções, dispostos a seguir: “o facto do Crioulo ser a única *língua nacional* de Cabo Verde, *expressão da cultura própria do seu povo*” ([Moção 2] VEIGA, 2000, p. 235); “Tendo em conta que o Crioulo é a língua que consubstancia a *identidade cultural* do Povo Cabo-verdiano” ([Moção 3] p. 238, grifos nossos); “Considerando que um dos traços mais característico da personalidade insular africana do povo caboverdiano é a sua língua materna – o CRIOULO” ([Moção 4] p. 241).

3.2 Políticas linguísticas na Segunda República (MpD – 1991 a 2001)

As articulações entre Estado e sociedade, Estado e especialistas, Estado e Unesco, fizeram com que as propostas, os encaminhamentos e as reivindicações elaborados no Colóquio tornassem-se as diretrizes básicas e as linhas mestras das políticas linguísticas empreendidas pelo Estado des-

As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação

19 Como se observa na Moção 3 – “Considerando que, com o acesso à Independência, se verificou uma inversão de valores, passando o Crioulo a ser reivindicado pelas massas como língua nacional” (VEIGA, 2000, p. 238) – a independência promoveu a consciência política das massas, que poderiam agora reivindicar uma identidade nacional própria, centrada na língua. O Estado precisava, então, para garantir a lealdade das massas, reforçar a língua caboverdiana como elemento da unidade/identidade nacional. Essa possibilidade se fazia eminente se considerarmos que a unidade nacional implicava também a unidade política com Guiné-Bissau. Embora o Colóquio se ocupasse principalmente da questão linguística em Cabo Verde, não se atendo aprofundadamente à questão linguística guineense, as línguas africanas, além da crioula, poderiam ser mobilizadas em associação com a etnicidade numa reivindicação política em Guiné-Bissau.

de então. Documentos (oficiais ou não) e debates acerca das línguas em Cabo Verde produzidos posteriormente citam, retomam e cobram essas diretrizes, especialmente no que se refere à introdução do caboverdiano no ensino. Um documento paradigmático que parte das orientações apresentadas no I Colóquio é o Programa do Governo para o Quinquênio 96/2001, publicado na forma de Resolução n. 8/96 (BO, n. 12, de 31 de abril). Nele, o governo (cujo partido eleito foi o MpD) declara:

O Governo pretende nesse domínio [da língua nacional], com base em estudos científicos que vêm sendo desenvolvidos e orientados por técnicos competentes na matéria, fixar metas e determinar etapas, para a oficialização do crioulo como língua nacional, ao lado do português. Refira-se que a aprovação, a título experimental, do alfabeto é uma das primeiras metas. Incentivos serão estabelecidos com vista à promoção de obras, estudos e trabalhos sobre o crioulo e em crioulo.

Considerando que um dos principais objetivos daquele Colóquio era o estabelecimento de um alfabeto, a padronização de uma escrita, para a língua caboverdiana e que o Governo, no período de 96/2001, tomou para si a responsabilidade de implementar o alfabeto, os primeiros resultados oficiais obtidos nesse sentido foram apresentados em 1998, quando o governo publicou o Decreto-Lei n. 67/98, de 31 de dezembro, em cujo Preâmbulo se afirma que:

Sendo o crioulo a *língua do quotidiano* em Cabo Verde e elemento essencial da *identidade nacional*, o desenvolvimento harmonioso do País passa necessariamente pelo desenvolvimento e valorização da *língua materna*. Porém, esse desenvolvimento e valorização não serão possíveis sem a estandardização da escrita do Crioulo ou seja da Língua Cabo-verdiana. Ora a estandardização do alfabeto constitui o primeiro passo para a estandardização da escrita. (grifos nossos).

A orientação sob a qual o Decreto-Lei é produzido remete-nos a alguns aspectos já apontados neste trabalho: a língua como símbolo da identidade nacional, que propicia o desenvolvimento e a harmonia no país; a valorização e o desenvolvimento da língua materna, que estão ligados a orientações internacionais especialmente em relação à inserção dessa língua no ensino, sendo esta inserção também considerada como

fator determinante do sucesso da aprendizagem e do desenvolvimento socioeconômico; e, por fim, vinculada a essa mesma inserção no ensino, a necessidade de produção da escrita e de sua padronização.

Tais aspectos indicam, por sua vez, que a estandardização da escrita do caboverdiano como ação política *in vitro* sobre a língua constitui concomitantemente um elemento da construção e consolidação da identidade/unidade nacional e uma resposta política a demandas internas e externas, mencionadas anteriormente. Corrobora essa análise a Resolução n. 48/2005, de 14 de novembro, que, além de citar a mesma parte do texto acima apresentado, afirma:

[...] a língua caboverdiana é um dos elementos mais importantes da nossa *identidade*, da nossa *diferença* e do nosso estar no mundo; o caboverdiano é, pois, a *língua da Nação e da unidade* em Cabo Verde; ela é o resto, o *suporte* e o principal *veículo das nossas tradições*, da nossa música, do nosso imaginário e de *uma grande parte da nossa cultura*; nela e através dela sentimos, sonhamos, vivemos e criamos, da maneira mais específica e peculiar, o nosso mundo, a nossa antropologia vivencial. (grifos nossos).

Ademais, pode-se observar que os novos discursos teóricos ou acadêmicos sobre identidade perpassam a construção do documento. A associação entre *identidade e diferença*²⁰ remete-nos a discursos produzidos no âmbito dos Estudos Culturais, dos Estudos Linguísticos, da Educação e da Sociologia, marcados por uma perspectiva pós-estruturalista, situando e inserindo o documento nesse novo contexto de reflexão sobre a identidade.

O documento, no entanto, encerra uma contradição constitutiva das identidades nacionais, que são “imaginadas” (ANDERSON, 1989 [1983]). Aponta para a compreensão de que a língua caboverdiana continua exercendo seu papel delimitador do grupo interna e externamente: por um

20 Não constitui nosso objetivo neste trabalho apresentar ou discutir trabalhos voltados para essa reflexão. Cabe apenas assinalar que essa visão pós-estruturalista é uma das que procuram rever o conceito tradicional de cultura, cuja principal característica é a homogeneidade (cultural) da Nação. Concebida no período em que se estabeleciam os primeiros movimentos nacionalistas na Europa, a visão tradicional procurava assegurar a existência e a relevância de uma cultura nacional. Atualmente, quando movimentos identitários têm crescido no interior dos Estados/das nações e se ligam a movimentos em outros Estados, configurando movimentos identitários supranacionais (como o GLS, o feminismo, os dos negros), tem-se revisto o conceito tradicional de cultura. Assim, entendendo que os estudos científicos não podem ser desarticulados das suas condições de produção, pode-se indicar que a globalização promoveu revisões conceituais nos diferentes campos do saber. Sobre a discussão acerca da visão tradicional de cultura, ver Janzen (2005). Sobre os estudos acerca da identidade e da diferença, ver Signorini (1998) e Santos (1993, 2002).

lado, a língua diz o que é ser caboverdiano e, por outro, diz quem não está inserido nessa caboverdianidade. Além disso, a língua é relacionada às tradições, as quais, como indicam Hobsbawm (2002) e Anderson (1989 [1983]), são mobilizadas pelo Estado juntamente com o nacionalismo linguístico para construir uma antiguidade comum, uma unidade histórica.

Concomitantemente, o texto relaciona a ideia de que a língua é o *resto* dessa tradição e *uma grande parte da cultura*. Sob esse prisma, observa-se que as tradições estão sendo transformadas ou abandonadas e que a cultura não pode ser unicamente constituída por tradições. Há uma *outra* parte da cultura que não é expressa em língua caboverdiana. Essa outra parte, provavelmente, refere-se à cultura universal (que é veiculada em inglês, em francês, em português) e à cultura escolar (que se estabelece no espaço caboverdiano em língua portuguesa). As mudanças ocorridas no mundo, entretanto, não modificariam a essência da cultura tradicional e o elemento unificador do povo caboverdiano; esse continua sentindo, sonhando, vivendo e criando seu mundo com suas peculiaridades em língua caboverdiana.

Essa unidade nacional caboverdiana, forjada (em grande parte) a partir da unidade linguística, do ponto de vista do Estado, precisa ser legal e politicamente assegurada. Uma das formas de o Estado política e legalmente garanti-la é desenvolvendo políticas que visem à padronização da língua: o Decreto-Lei n. 67/98 e a Resolução n. 48/2005 respondem a essas demandas.

O primeiro determina, a título experimental, a aprovação do *Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana* (ALUPEC), definido como “um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme de cada som da língua cabo-verdiana”, consistindo na “harmonização de dois modelos de alfabeto, o de base etimológica e o de base fonológica”.

O documento, que pode ser dividido em partes, é composto pelas determinações legais e pela exposição das justificativas, fundamentações teórico-metodológicas e descrições linguísticas. Tal apresentação é intitulada “Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano”, provavelmente produzida por especialistas. Na elaboração da justificativa, o texto informa sobre parte da história da escrita em Cabo Verde – a qual remonta ao período colonial ainda no século XIX, quando se intensificam as políticas linguísticas coloniais no sentido de coibir o uso das línguas africanas – e sobre aspectos sociolinguísticos da comunidade caboverdiana, focalizando as variedades linguísticas das ilhas.

Quanto à perspectiva teórico-metodológica, observa-se que são manipulados saberes construídos pela sociolinguística, especialmente no campo das políticas linguísticas, e pela fonética/fonologia, ou, melhor dizendo, pelo uso que os trabalhos em política linguística fazem dos saberes produzidos pelos estudos fonéticos/fonológicos.

Para além do enfoque sobre os aspectos linguísticos e sociolinguísticos, o documento explicita, nas Bases do ALUPEC, as ações a serem desenvolvidas como “Política Linguística”, indicando as tarefas a serem executadas pelo Estado. A ação política do Estado deveria consistir em: conceber “uma política linguística que permita ao Crioulo partilhar com o Português o estatuto de língua oficial. Para tal, uma estrutura científica, vocacionada, fundamentalmente, para a pesquisa e divulgação do Crioulo, deverá ser criada e dotada de meios para o desenvolvimento da sua acção” (DECRETO-LEI n. 67/98).

Assim como foi orientação do Colóquio, o texto atribui ao Estado e requer a concretização da responsabilidade de determinar a posição política e os domínios das línguas e de criar as condições institucionais para o estudo do caboverdiano, delimitando, em seguida, que a tarefa de conceber a padronização e o desenvolvimento da escrita será da competência dos especialistas. Estes, no entanto, precisam ser formados com o apoio (completo) do Estado, que deve depois enquadrá-los no sistema administrativo.

Quanto à política de implantação da língua caboverdiana no ensino, o texto orienta o Estado quanto às ações que devem ser realizadas: “[...] deverá implementar uma estratégia de ensino do Crioulo [...]. A nível superior, deverão ser tomadas medidas com vista à introdução do Crioulo como objecto de Estudo” (DECRETO-LEI n. 67/98). Essas direções encarregam o Estado de agir não apenas nos níveis administrativos do sistema básico de ensino, mas também nas estruturas do ensino superior, indicando que a relação entre língua e ensino não se restringe à garantia da presença do caboverdiano tanto nas salas de aula dos níveis básico e secundário. No nível superior, a língua caboverdiana deve estar presente como “objeto de estudo²¹” tanto nas salas de aula (de língua e cultura caboverdiana) quanto nas pesquisas acadêmicas.

21 A inserção do caboverdiano como objeto de estudo no nível superior permitiria ao Estado promover simultaneamente a pesquisa e a “formação de quadros”, requerida no documento.

O empenho do governo na produção do ALUPEC, por meio da ação dos especialistas e da realização ou concretização das orientações apontadas, proporcionaria o desenvolvimento, a consolidação e a transformação do “Crioulo” “num instrumento de comunicação e num veículo de cultura afinados”. A “afinação” entre a comunicação e a cultura pode ser entendida como o processo de aproximação entre aquilo que é positivo na cultura escolar e na cultura popular, como sugerido em textos do movimento revolucionário. Assim, o equilíbrio adviria da evolução do cabo-verdiano, capacitando-o a entrar nos espaços destinados ao português – a comunicação social, a ciência, a administração e os espaços jurídicos.

A viabilidade dessa compreensão decorre do fato de a língua caboverdiana ser a língua da interação/comunicação predominante em Cabo Verde; os domínios em que seu uso é restrito (como a aula, as reuniões administrativas de executivos ou do alto escalão do governo, as convenções e seminários, os noticiários de TV e rádio) assim o são por serem considerados espaços de conteúdos que só poderiam ou deveriam ser expressos em língua portuguesa. Nesse contexto, a língua caboverdiana estaria “fora do tom” da cultura dominante, ligada predominantemente à escolarização e à língua portuguesa, da qual poderia se aproximar pela tecnologia da escrita.

No entanto, a Resolução n. 48/2005²² busca promover o equilíbrio entre cultura popular e dominante, equilíbrio esse que seria decorrente da inserção da língua caboverdiana nos espaços atribuídos à língua portuguesa, pois esse documento (parece-nos) aponta para uma outra perspectiva em relação a essas línguas e culturas, como se pode observar pela defesa de um “Bilinguismo assumido”, colocando lado a lado as línguas portuguesa e caboverdiana. A mudança fundamental de perspectiva dos documentos do Colóquio sobre a Problemática do Crioulo e do Decreto-Lei n. 67/98 para o texto da Resolução n. 48/2005 consiste basicamente na reformulação da visão relativa à língua portuguesa, que deixa de ser a língua do dominador, a língua da opressão, para ser a língua com igual “valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental da vivência antropológica” (RESOLUÇÃO n. 48/2005) em relação à língua caboverdiana.

22 O preâmbulo desse documento informa-nos sobre outras deliberações legislativas e ações do governo de Cabo Verde no que concerne à política linguística. Entretanto, não nos ocuparemos destas: Resolução n. 8/98, que trata da inserção do caboverdiano no ensino; Fórum de Alfabetização Bilingue, realizado em 1989; Comissão de Padronização, de 1994; e Consulta às Populações do País e da Diáspora em relação à questão linguística.

Essa mudança nos documentos faz ressoar uma modificação mais profunda na sociedade e, especialmente, na elite caboverdiana, e requer que retomemos brevemente alguns fatos sócio-históricos recentes para sua melhor compreensão. Como aludimos no início desse sub-tópico, no período que vai da Independência ao início dos anos 90, o governo do PAICV caracterizou-se como governo de partido-único. Esse governo caracterizava-se pelo posicionamento ou alinhamento junto aos países de esquerda, como Cuba, China e a ex-União Soviética, pautando-se principalmente pelos ideais socialistas²³, mais que comunistas (BOGDAN, 2000). Conduzindo o Estado como prolongamento do Partido, o PAIGC/PAICV preencheu a hierarquia administrativa de acordo com a hierarquia partidária, de modo que aqueles que se viram à margem tanto no Partido como no Estado – sendo que estes formavam basicamente os quadros (funcionários técnicos e especializados), quando da abertura para o pluripartidarismo – fundaram o partido Movimento para a Democracia²⁴ (MpD) (FURTADO, 1994). Entre 1991 e 2001, o MpD governou o país, implementando reformas políticas e econômicas. Dentre as reformas econômicas, o partido abriu o país para uma economia de mercado, baseada no setor privado (JAUARÁ, 2003).

O partido realizou também duas revisões constitucionais (1992 e 1999)²⁵, sendo a última importante para o estudo das políticas linguísticas no país porquanto determinou explicitamente o estatuto das línguas caboverdiana e portuguesa: “1. É língua oficial o Português. 2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna caboverdiana, em paridade com a língua portuguesa. 3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Artigo 9º).

Convém destacar que o novo grupo no poder, que procedeu à reforma constitucional, não estava diretamente ligado à luta armada do movimento de libertação, de modo que o capital simbólico nas

23 Segundo Bogdan (2000, p. 87), “entretanto, deve-se observar que Cabo Verde nunca foi verdadeiramente um país socialista do tipo soviético com planejamento dominante centralizado e uma economia estatal própria”.

24 Este é, atualmente, o segundo partido em representação em Cabo Verde. São partidos caboverdianos também: Partido da Convergência Democrática, Partido da Renovação Democrática, Partido Socialista Democrata, Partido do Trabalho e da Solidariedade, União Cabo-verdiana Independente e Democrática.

25 Obtivemos essas informações em entrevistas com um funcionário da Biblioteca da Assembleia Nacional de Cabo Verde e em fala de um deputado, ambas registradas em diário de campo ao longo de nossa pesquisa.

principais negociações sociais já não era a legitimidade histórica, mas o capital cultural. Esse capital já vinha sendo mais valorizado ainda no período do PAICV no poder, pois a separação política de Guiné-Bissau promoveu uma retomada da construção identitária mestiça, cuja formulação mais específica era a produzida pelos intelectuais ligados à Revista *Claridade*²⁶. Nesse sentido, Anjos afirma:

A rapidez com que a identidade mestiça se reconstituiu enquanto posição hegemônica entre as formulações sobre a identidade nacional em Cabo Verde, após a independência, de certo modo traduz a trajetória de parte dos membros cabo-verdianos do PAIGC pela 'escola' da *Claridade*. A afirmação da especificidade cabo-verdiana era uma tomada de posição latente que só não foi explicitada ao longo das duas primeiras décadas de existência do partido devido à pressão que se exercia contra a possibilidade de tomadas de posições divergentes. (2002, p. 224, grifos do autor).

Associada à retomada da mestiçagem luso-africana, a crescente importância dos quadros promovida pela posse de um saber valorizado e requerido internacionalmente inflacionou o mercado social e fez subir a cotação do domínio da língua portuguesa. Em acordo com Anjos e com Furtado, entendemos que:

Na medida em que a língua oficial, o português, funciona como passaporte para o acesso aos meios oficiais, ela constitui-se, para a maior parte da população, como uma barreira ao exercício dos direitos garantidos pelo Estado. No campo cultural, assim como na intimidade, a utilização do crioulo apresenta-se como ruptura (simbólica) com a oficialidade, símbolo de comunhão (do intelectual com o povo). No momento do restabelecimento das distâncias sociais e das relações de autoridade o português é o instrumento linguístico por excelência. (ANJOS, 2002, p. 253).

O recurso ao discurso do saber e aos títulos escolares como capital político é feito tanto pelos que, a nível do PAICV, lutam por

26 Trata-se de uma revista literária e cultural surgida em 1936 na cidade do Mindelo, Cabo Verde e que está no centro de um movimento de emancipação cultural, social e política da sociedade caboverdiana. Nela encontram-se também textos de teor acadêmico.

posições dominantes, como por aqueles que, na oposição, contestam o *status quo*. Aliás, o slogan *Mudança, Competência e Desenvolvimento*, do MpD demonstra claramente o recurso ao discurso do saber como instrumento de luta política. (FURTADO, 1994, p. 298, grifos do autor).

Como se dá a negociação do capital linguístico (BOURDIEU, 2002, 2004) no mercado simbólico, o uso do caboverdiano ou do português era feito em função dos interesses políticos e sociais que estavam em jogo. A delimitação entre a elite letrada bilíngue e a população monolíngue mobiliza esse capital e molda as relações sociopolíticas, de modo que o estabelecimento das políticas linguísticas é perpassado por essa negociação.

Assim, convém observar que o Colóquio realizado em 1979, em grande parte, reforçou o teor identitário unificador e libertador da língua caboverdiana, exacerbando nos seminários e palestras o papel de dominação da língua portuguesa, num período em que se visava, para além das relações internas em Cabo Verde, à política com Guiné-Bissau. O já referido Decreto-Lei n. 67/98, por sua vez, foi produzido no período de governo do MpD, em que a construção da identidade e unidade nacional constituía um dos mecanismos de ocultação das desigualdades que se estabeleciam, especialmente pelo domínio da língua.

Nesse contexto, além da negociação da aproximação e do distanciamento/exclusão via língua, a expansão da escolarização parecia propiciar a escalada social a um grupo maior. Os grupos dominantes oscilavam, de um lado, entre o discurso sobre a valorização do caboverdiano (que visava a promover a intensificação de seu uso e a desconstrução da desqualificação da língua produzida pelo ex-colonizador) e, de outro, entre a manutenção da língua portuguesa no sistema de ensino (que poderia servir como processo seletivo natural na escolarização). Anjos (2002) indica que a valorização da língua caboverdiana, nessa manipulação política, poderia ser vista como uma política nacionalista e populista²⁷. Sob esse prisma, pode-se entender que as políticas linguísticas empreendidas, embora se afirmassem como promoção da equidade dos valores e funções atribuídos às línguas, funcionavam como instrumento da manutenção da desigualdade, valorizando ainda mais a língua portuguesa.

27 Pensada como uma política populista, pode-se compreender a ênfase dada à valorização e à escrita do caboverdiano pela aprovação do ALUPEC, no governo de MpD, em 1998. Essa política caracterizava-se pela exacerbação do nacionalismo que vinha sendo forjado pelo PAICV.

3.3 Políticas linguísticas na Terceira República (PAICV – 2001-2011)

No processo contínuo de valorização do português se insere a Resolução n. 48/2005. Nesse documento, a cultura caboverdiana é dividida em partes, sendo que a tradição – considerada uma parte da cultura – é relacionada à língua caboverdiana, e a cultura universal – considerada outra parte da cultura, a de maior prestígio – é relacionada à língua portuguesa. Essa Resolução foi produzida num contexto em que se afirmava o modelo de economia do mercado²⁸ e no qual a nação precisava inserir-se no plano globalizado da economia e da política. Também orientando-se para a inserção no mundo e no mercado globalizado, o Plano de Governo de 2001-2005²⁹ afirma o objetivo de dirigir o país, focalizando a educação como o espaço em que se deve investir para assegurar também a formação profissional. “A Educação é, assim, uma outra área social de grande impacto no desenvolvimento econômico”, constituindo-se, assim, como “um grande *desígnio nacional*” (grifos nossos).

Simultaneamente,

[...] o Governo dispensará toda a atenção à Cultura, tendo em conta a sua superior importância para a *comunidade nacional* e para o *desenvolvimento global* do país. Entende, por conseguinte, contribuir firmemente para a *afirmação da Nação* e do Estado cabo-verdianos, nos mais diversos quadrantes, promovendo uma política cultural na perspectiva, *a um tempo, do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade*. (PLANO DE GOVERNO 2001-2005, grifos nossos).

A globalização, econômica e cultural, requer que o governo se posicione no sentido de garantir que a educação promova a formação profissional e universal, sendo um “desígnio nacional” (PLANO DE GOVERNO 2001-2005) o ingresso de Cabo Verde na modernidade e na competição do mercado. Por outro lado, “nesta época, marcada pela globalização, já é quase senso comum que a preservação das identidades culturais dos povos e das comunidades poderá contribuir para salvaguardar a identidade dos mesmos, sobretudo, os menos avançados e com menor peso no converto das nações” (Ibid.).

28 Jauará, analisando a abertura política ou a transição para o modelo democrático pluripartidário, na África lusófona, constata: “A década de 90 teve início com a proclamação da irreversibilidade da hegemonia da economia do mercado e o predomínio do Estado mínimo sob a supervisão do principal ‘gendarme’ da nova ordem mundial, os EUA” (2003, p. 46).

29 Disponível em: <http://virtualcapeverde.net/news2/modules/Downloads/docs/prog_gov_2001_2005.pdf>.

Dessa forma, a promoção da cultura nacional procura promover a unidade interna, salvaguardando a identidade, e volta-se para o diálogo com a modernidade, com outras culturas, como contribuição “à aldeia global”. Sob esse prisma, o Plano de Governo aponta a língua como marca da identidade, que precisa ser preservada, e da diferença, que se estabelece em relação às outras culturas. Nesse sentido, a política a ser empreendida pelo governo, inclusive no que refere à “defesa nacional”, que procura garantir a democracia, deve:

[...] traduzir e representar as aspirações e os interesses mais profundos dos cabo-verdianos, para além de constituírem um ponto de convergência e um *factor de coesão e união* na mobilização da vontade dos cidadãos para a sua defesa. Assentam-se em valores morais, culturais e materiais superiores que dão vida à Nação e constituem o património comum que une e identifica os cabo-verdianos na procura do bem-estar e da felicidade. (PLANO DE GOVERNO 2001-2005, grifos nossos).

Assim como outrora se buscou a unidade dos grupos sociais em Cabo Verde em função de um objetivo maior, que era a libertação nacional e social, o povo caboverdiano precisa ser mobilizado e unido diante da “aldeia global”. No texto *Metáforas da globalização*, Ianni (1997) mostra que as metáforas “aldeia global”, “nave espacial” e “nova babel” – tentativas de explicar o fenômeno da globalização – referem-se aos aspectos culturais desse fenômeno e estão fundamentadas na sociedade de comunicação, da informação, do conhecido *versus* o incógnito, das diversidades sociais, culturais, linguísticas, históricas, científicas e artísticas. Assim sendo, o Estado recorre mais uma vez à cultura como um dos elementos que, associado aos perigos externos da globalização, pode engajar os diferentes grupos socioeconômicos em uma mesma empreitada: o estabelecimento e a proteção de Cabo Verde na economia e na cultura global.

Nessa direção também está orientado o Plano de Governo de 2006-2011³⁰, como se pode observar pelos trechos a seguir:

Para vencer os *desafios da globalização*, as empresas cabo-verdianas terão de conseguir situar-se nos elos mais elevados da cadeia de valor, priori-

30 Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php?Itemid=91&gid=41&option=com_docman&task=cat_view>.

zando a inovação, a diferenciação e, sobretudo, a qualidade. Consciente da importância crescente da qualidade, numa altura em que Cabo Verde adere à OMC e se confronta com a necessidade de exportar produtos e serviços ‘made in Cabo Verde’, o Governo, para desenvolver uma base produtiva sólida e competitiva, irá apostar no desenvolvimento de uma *Política de Inovação, assente nas novas tecnologias de informação, na da Propriedade Intelectual e na Gestão da Qualidade*, bem como na criação de normas e padrões para os produtos e serviços de origem cabo-verdiana. (grifos nossos).

A visão do Governo é de que a cultura é o elemento identitário, construtor da unidade e da coesão nacionais, é factor da inovação tecnológica e da sustentabilidade da Nação, tanto no aspecto social como no económico, pelo que, para os próximos tempos, a mesma assenta em dois pilares:

Projectão Nacional e Internacional, em que a promoção da cultura cabo-verdiana no mercado da globalização deverá ter como conceito estratégico a diversidade cultural do país, integrado ao programa de promoção e marketing como destino turístico e de investimento.

[...] Igualmente, importa que Cabo Verde tenha uma participação mais efectiva e activa nas organizações e actividades internacionais em prol da cultura, designadamente no contexto da CPLP (IILP e Reuniões dos Ministros da Cultura), da CEDEAO³¹, da UNESCO etc. (grifos nossos).

A unidade e coesão nacional, produzida pela cultura, volta-se também para os desafios da globalização, que demanda a inserção da cultura nacional no mercado globalizado da cultura, na “aldeia global”. Sob esse enfoque, a cultura é mercantilizada e negociada segundo os interesses políticos e económicos dos grupos envolvidos, ressaltando a associação entre o capital simbólico da cultura e o capital financeiro.

Nesse contexto globalizado da política caboverdiana, a língua também é mobilizada como instrumento e como capital simbólico, entretanto, não mais apenas as línguas caboverdiana e portuguesa como também as línguas internacionais. Um dos espaços dessa reconfiguração do mercado linguístico é a educação: “Considera-se que [...] se deve privilegiar a aquisição de técnicas de aprendizagem (aprender a aprender)

31 As siglas presentes nesta citação referem-se, respectivamente, a: CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; IILP – Instituto Nacional dos Países de Língua Portuguesa; e CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

aliada a uma sólida base *em línguas*, nas tecnologias e nas ciências, tendo em vista uma educação geral de qualidade e com um padrão curricular comum” (PLANO DE GOVERNO 2006-2011, grifo nosso). Essa orientação quanto ao ensino reforça a ideia de que a educação deve estar voltada para a inserção do país no sistema econômico global.

Por outro lado, como podemos observar nos documentos citados, a globalização apresenta-se como um risco à unidade nacional, o que exige que o governo execute políticas que visem a assegurar a unidade. Sendo um dos espaços privilegiados da construção da unidade nacional, a cultura contribui para salvaguardar os conteúdos não materiais que dão uniformidade ao povo caboverdiano. É nessa direção que a Resolução n. 48/2005 e os Planos de Governo (2001-2005 e 2006-2011) apontam para a língua caboverdiana: “suporte e veículo das tradições” (PLANO DE GOVERNO 2006-2011), delineando a partir dessa concepção, a política de:

Afirmação da Língua Nacional: A construção de um real bilinguismo³² em Cabo Verde é uma exigência do valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental das duas principais línguas da nossa vivência antropológica: a Cabo-verdiana e a Portuguesa. Assim, o Governo, com base na Resolução n.º. 48/2005, de 14 de Novembro, e na esteira do anterior Programa do Governo, continuará a aprofundar a política de promoção e valorização da língua cabo-verdiana tendo em vista a sua oficialização. Em concomitância, tomará, igualmente, medidas no sentido de fazer com que o País caminhe, progressivamente, para um bilinguismo assumido.

O Governo, antes do fim da Legislatura e tendo construído um consenso alargado para a revisão constitucional, deverá apresentar à Assembleia Nacional a proposta da Oficialização da Língua Cabo-verdiana. (PLANO DE GOVERNO 2006-2011, grifos do original).

Partindo desses documentos, podemos compreender que a política linguística desenvolvida consiste, por um lado, na promoção e na valorização da língua caboverdiana, entendendo-a como espaço da cul-

32 A construção do bilinguismo objetiva reverter o quadro da diglossia, na perspectiva de Ferguson (1973), reiteradamente denunciado pelos linguistas caboverdianos (Manuel Veiga e Dulce Almada Duarte). Entretanto, em momento algum, esses linguistas discutem o conceito de diglossia como conflito linguístico (HAMEL, 1988; HAMEL; SIERRA, 1983), que faz silenciar politicamente aqueles que não usam a língua dominante.

tura tradicional, e, nesse sentido, configura parte da diversidade étnica das ilhas e pode servir à produção de uma cultura comercializável. Por outro lado, a língua portuguesa é o espaço da cultura de teor mais universalista, concebida como a cultura escolar, que também pode confirmar a diversidade étnica e cultural das ilhas, de forma que pode ser posta no mercado globalizado, especialmente no espaço lusófono da CPLP.

As línguas são equiparadas pelo valor cultural, mas expressariam aspectos distintos da cultura caboverdiana. O retorno à mestiçagem é mobilizado politicamente em função das demandas internas e externas e faz emergir diferenças entre essas demandas e negociações no novo contexto internacional e nacional. Nesse novo contexto, as políticas linguísticas, para além de determinarem os domínios, os valores e atitudes em relação às línguas caboverdiana e portuguesa, passam a fazer interagir essas línguas com o francês e o inglês.

Nesse sentido, as políticas linguísticas atuais apontam para as mobilizações do capital linguístico em função da produção e manutenção política dos espaços de mediadores da elite (agora não apenas bilíngue, mas plurilíngue). Visando a se afirmar como promotores do nacionalismo, tanto as elites quanto o Estado (especialmente compreendendo que esse ainda é um dos principais mecanismos de determinação da posição social em Cabo Verde) reforçam a visão de que as tradições bem como as peculiaridades e o universalismo da cultura e da língua local caracterizam a *caboverdianidade*.

4 Considerações finais

A análise das políticas linguísticas propostas e implementadas pelo Estado caboverdiano indica que essas políticas procuram responder, concomitantemente, a demandas internas – a construção discursiva da identidade e da unidade da Nação, negociando as bases desta identidade a partir da relação língua e cultura – e a demandas externas. Quanto a essas demandas externas, num primeiro momento, há uma necessidade de responder às orientações da Unesco quanto à padronização da língua materna e a criação de instrumentos com vistas à oficialização desta língua; num segundo momento, verifica-se uma proposta de o país voltar-se para as relações internacionais, que tem como foco a língua portuguesa, e para a globalização, promovendo, portanto, as línguas inglesa e francesa.

No desenvolvimento destas políticas, a língua caboverdiana é atrelada à tradição – o que, de certa forma, coloca-a à margem do

contexto atual de internacionalização e de globalização – e a língua portuguesa é mais fortemente associada à contemporaneidade, consequentemente, mais apta a responder às demandas do contexto atual, especialmente em função da CPLP.

Vale salientar que os valores atribuídos às línguas, de certo modo, sofrem transformações nas produções discursivas das políticas linguísticas: a língua caboverdiana, que era a língua da tradição, da identidade nacional e da resistência nos primeiros momentos das políticas, passa a ser referida apenas como a língua da tradição e da identidade. A língua portuguesa, que era a língua da opressão e da modernidade, passa a ser referida como a língua da modernidade e da projeção internacional, com “valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental” (RESOLUÇÃO n. 48/2005) aproximado do valor da língua caboverdiana.

As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação

181

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Traduzido por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989 [1983].

ANJOS, José C. Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre, RS: UFRGS/IFCH; Praia, Cabo Verde: INIPC, 2002.

BOGDAN, Michael. The law of the Republic of Cape Verde after 25 years of independence. **Journal of African Law**, 44, London: Oxford University Press for The School of Oriental and African Studies, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Traduzido por Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. Traduzido por Sergio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e luta I: a arma da teoria**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas lingüísticas**. Traduzido por Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola: Ipol, 2007.

____. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002 [1993].

CARREIRA, António. **O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão**. Lisboa: Europam, 1982.

Clóris Porto

Torquato

182

FERGUSON, Charles A. Diglossia. In: FONSECA, Maria S. V. da; NEVES, Moema F. (Org.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

FERNANDES, Gabriel. **Cabo Verde: formações discursivas (trans) nacionalistas de uma sociedade crioula politicamente sitiada**. 2005. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FISHMAN, Joshua. The relationship between Micro-and Macro-Sociolinguistics in the Study of Who Speaks What Language to Whom and When. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, Janet (Ed.). **Sociolinguistics: selected readings**. 2. ed. Middx: Penguin Books, 1979.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Claudio Alves. **Gênes e (re)produção das classes dirigentes em Cabo Verde: uma contribuição para o seu estudo**. 1994. 315 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolingüística interacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002 [1982].

HAMEL, Rainer Enrique. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. **Revista Iztapalapa**, ano 13, n. 29, p. 5-39, enero/jun. 1993.

____. La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Política lingüística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

____; SIERRA, M. T. Diglosia y conflicto intercultural. La lucha por un concepto o la danza de los significantes. **Boletim de Antropologia Americana**, n. 8, p. 89-110, 1983.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.

HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. **Os filhos da terra do sol**. 1993. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Ciência Política)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JANZEN, Henrique Evaldo. **O Ateneu e Jakob von Gunten: um diálogo intercultural possível**. 2005. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Alemã)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2005.

JAUARÁ, Manuel. **Análise do processo de transição democrática na África lusófona: o caso de Guiné-Bissau**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social - Revista de Sociologia**, São Paulo: USP, v. 5, n. 1-2, 1993.

____. Between prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism, and inter-identity. **Luso-Brazilian Review**, University of Wisconsin, v. 39, n. 2, p. 9-43, 2002.

As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação

183

SAVILLE-TROIKE, Muriel. **The ethnography of communication: an introduction.** Oxford: Basil Blackwell, 1990.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade:** elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

VEIGA, Manuel. A problemática do estudo e da utilização do crioulo. In: _____. (Org.). **1º Colóquio Linguístico**, Praia, [s.d.].

Clóris Porto

Torquato

_____. **1º Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde.** Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural (INIC), 2000.

184

DOCUMENTOS

DECRETO-LEI n. 67/98. **Suplemento do Boletim Oficial.** I Série, n. 48, de 31 de dezembro de 1998.

PLANO DE GOVERNO DO PAICV 2001-2005. Disponível em: <http://virtualcapeverde.net/news2/modules/Downloads/docs/prog_gov_2001_2005.pdf>.

Plano de Governo do PAICV 2006-2011. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php?Itemid=91&gid=41&option=com_docman&task=cat_view>.

RESOLUÇÃO N. 8/96. **Boletim Oficial**, n. 12, de 31 de abril de 1996.

RESOLUÇÃO N. 48/2005. **Boletim Oficial**, n. 46, de 14 de novembro de 2005.

